

RELAÇÃO ENTRE SENTIDO E REFERENTE

HUGO MARI

1. Histórico: o percurso

A discussão sobre sentido e referente tem ocorrido em diversos momentos da história da linguagem. Em qualquer abordagem que se pensa a língua como um sistema de representação de algo que pode estar fora dela (e essa direção tem sido marcante na história da linguagem), estamos nos dirigindo para um caminho que leva a demarcar ou pelo menos explorar a relação entre sentido e referente, ainda que os marcos dessa exploração não sejam necessariamente assinalados por essas categorias.

A discussão em Platão que aborda a natureza da linguagem no eixo do natural ou do convencional pode ser tomada como ponto de partida da relação entre sentido e referente. Em desdobramentos posteriores, essa problemática aparece como uma exploração dos aspectos de mediação da linguagem com a realidade. A língua, então, ao nível da representação, não é da ordem do natural, mas um sistema convencional de sinais (signos) comprometidos com objetos dessa ordem. Em síntese, o sentido se aproxima do convencional, como representação que ele é de algo da ordem do natural, o referente.

Modernamente, o texto de Frege (*Sobre o Sentido e a Referência*) tem servido de indicador para análises de ambos os conceitos e das suas relações. Desdobramentos nem sempre lineares com o texto de Frege podem ser encontrados tanto na Teoria do Signo de Saussure (onde se isolam as implicações diretas do referente sobre o "sentido") como nas propostas de Teoria da Referência, conforme a posição de Ogden e Richards que, a pretexto de criticar as teorias dualistas, reintroduzem novamente a dependência do sentido ao referente.

Recentemente, Katz publicou um texto onde reconhece três linhas básicas sobre a Teoria da Referência: a Teoria Clássica (o conhecimento do sentido de uma palavra é a base para se referir), a Teoria Causal (o conhecimento das relações causais – convenções, cerimônias de batismo etc. – é a base para se referir) e a Teoria Neoclássica (o que representaria uma síntese das abordagens anteriores). Enfim, essa análise de Katz está inclui-

da numa linha de abordagem mais ampla sobre a questão do sentido numa língua natural: a controvérsia entre as teorias intensionalistas (que operam com uma determinação indireta/reduzida do referente) e as teorias extensionalistas (que operam com relações diretas com o referente).

O que se pode depreender desse histórico é que os problemas que se colocam entre o sentido e o referente continuam sendo de importância fundamental na compreensão do objeto de conhecimento da Semântica. Por exemplo, toda a controvérsia atual instalada entre alguns representantes norte-americanos da Filosofia Analítica (Kripke, Putnam, Donnellan) e da Semântica Interpretativa (Katz) fundamenta-se no grau de determinação entre sentido e referente que deve ser levado em conta na Semântica.

2. Conceitos as malhas do (in) determinismo

Tomando como base o texto de Frege, já mencionado, podemos sumariamente apresentar os dois conceitos da seguinte maneira: **referente** é o objeto sensorialmente perceptível, aquilo que é designado por um sinal; **sentido** é o modo de apresentação do objeto. Em outras palavras, o referente é algo que está para a realidade concreta/natural, enquanto o sentido está para o nível do conceitual, da representação. Assim quando Frege propõe o exemplo "A estrela da manhã é a estrela da tarde", ele está operando com dois sentidos para um mesmo referente. Aqui, o referente é o planeta que tem um grau x de luminosidade, situado a uma distância y da terra, pertencente ao sistema w etc., que, no caso, pode ser designado sinteticamente pelo seu nome próprio "Vênus". O sentido são os diferentes modos de apresentação desse objeto: isot é, "estrela da manhã" para aqueles que o localizam num certo período do dia e "estrela da tarde" para os que o fazem em outro período. Historicamente, a evidência desse fato só se tornou real, quando se descobriu tratar de um mesmo objeto. A Teoria da Referência de Frege opera com outros conceitos complementares e, no seu conjunto, poderia ser assim esquematizada: ao lado dos objetos, portanto, existem os sinais, como forma material de representá-los. Esses sinais resultam da aglutinação de três aspectos. Temos, então, a representação que indica as experiências pessoais (de um sujeito com os objetos), a referência que constitui as impressões de natureza objetiva na relação sujeito/objeto e finalmente o sentido que atua como um elemento catalisador entre a representação e a referência. Como se vê, essa formulação de Frege já faz do sentido algo resultante de uma intervenção de sujeitos sobre objetos. Esse arranjo conceitual tem servido de base a inúmeras discussões posteriores sobre a Teoria da Referência e é ponto de partida também para melhor compreender o que realmente é a questão do sentido no interior de uma língua natural.

Como o nosso interesse aqui se dirige para uma abordagem do sentido no interior das línguas naturais, gostaríamos de resgatar outras categorias que nos permitissem pensá-lo dentro da sua dimensão mais persistente: a fluidez. Nesse quadro, compreendemos o sentido como algo que serve para intermediar a relação entre sujeitos (históricos) e os objetos (naturais). Assim, como a passagem entre sujeito e objeto é um tanto complicada (ou interdita em alguns momentos), o sentido surge como algo que se instala quase naturalmente como intermediário dessa relação. Ele é, portanto, o

produto da ação dos sujeitos sobre os objetos. Da mesma forma que instala com naturalidade, o sentido é instável e flutua com facilidade pela ação dos sujeitos (o que explica, de certa forma, a mudança semântica). Assim sendo, o nosso acesso aos objetos não se faz diretamente, para um certo tipo de operação sobre a realidade, mas é mediado pela categoria sentido. É evidente que se trata de uma relação em si complexa, até pelos "compromissos" que categorias como sujeito e objeto já incorporam; mas é pela presença relativa dessas categorias que o sentido se torna tão resistente a uma análise formal. Isso não significa promover o referente como uma espécie de camisa-de-força para o sentido; este pode "criar" os próprios referentes, sobretudo quando se manuseia objetos puramente imaginários. Vejamos algumas outras questões que essa análise possibilita.

Inicialmente, insistiremos no fato de que todo o caráter subjetivo e objetivo do sentido, encontra, nessa colocação, uma justificativa: ora o sentido não é nem exclusivamente subjetivo (isto é, há algo de determinista nas malhas onde ele é tecido) nem exclusivamente objetivo (ou seja, os sujeitos operam com deslocamentos, transposições e desvios nas malhas da sua tessitura), mas o sentido é um reflexo, uma interseção desses dois pólos.

Ressaltar o seu caráter subjetivo implica não apenas enfatizar a natureza fortuita da interseção mas sobretudo abrir espaços para uma intervenção dos sujeitos. É essa intervenção sobre o sentido que faz dele algo errático e flutuante: aqui um efeito esperado em razão do determinismo da rede, acolá um efeito imprevisível pela ação dos sujeitos. Esse é, naturalmente, o lugar da linguagem por onde deveríamos começar a pensar a criatividade lingüística, a produção do sentido e a subvenção do código.

Por outro lado, destacar o seu caráter objetivo significa pensar o sentido como um produto determinista, sobreposto à ação dos próprios falantes. aqui ainda se pensa em produção, como alguma coisa que se engendra a partir de uma rede onde os caminhos a serem percorridos já estão demarcados, por exemplo, pelas restrições de organização sintática, pela escolha de tópicos etc. Não se trata, logicamente de decidir para qual dos lados devemos nos inclinar: o determinismo, numa língua natural, é da ordem do necessário, é uma imposição de qualquer sistema lingüístico sobre os seus usuários (a gramática fala mais alto do que o desejo dos falantes!); mas o rompimento com esse determinismo é da ordem do possível, portanto, uma hipótese de ação a ser colocada para os falantes. Enfim, a questão do sentido, do ponto de vista da sua produção, nos leva a propor a seguinte indagação: se a língua é o lugar da articulação do sentido, há espaço para se pensar na emergência do (sentido) novo a partir de um sistema lingüístico qualquer?

No interior das Teorias Semânticas que conhecemos nem sempre essa questão é ressaltada, mesmo naquelas abordagens onde ele é visto de modo menos determinista. Por exemplo, estamos tomando um modelo de análise semântica como o do Katz como pendente para o determinismo: o sentido de uma proposição P resulta do amalgamento de unidades menores de sentido registradas no léxico e da relações gramaticais entre partes da proposição. Como modelo que pende para o não-determinismo, pensamos nas análises propostas pela Semântica Argumentativa (Ducrot, Anscombe, Vogt etc.), que avalia efeitos de sentido através da introdução de certos operadores argumentativos num determinado enunciado. É óbvio que esta compara-

ção não pretende colocar em pé de igualdade, em termos de estatuto de formulação teórica, os dois modelos. Katz pretende construir uma espécie de "arqueologia" do sentido nas línguas naturais, enquanto na Semântica Argumentativa o que temos é a análise dos efeitos de sentido que um operador de argumentação introduz num certo tipo de enunciado. Voltando, então, à questão do determinismo, achamos que o esboço de qualquer resposta implica não só passar pela oscilação entre o objetivo e o subjetivo, mas sobretudo pela possibilidade de os falantes atuarem sobre a linguagem. E aqui compensaria apontar alguns dos mecanismos de que os falantes lançam mão para romper com o determinismo do processo de produção do sentido. Pelo que temos observado desse trabalho dos falantes na confrontação com o sistema, talvez pudéssemos pensar na conotação (na acepção de Hjelmslev/Barthes) no deslocamento da relação Se/So (sincronicamente pensada a partir de Saussure) e na "recusa" de um referente concreto, tudo isso como instrumentos primários desse esforço de possibilitar a emergência do novo.